

# José Mario Pires Azanha

*Prof. Dr. Membro do Conselho Estadual de Educação  
(Transcrição da apresentação gravada durante o seminário)*

Minha posição, de ser o último a falar nesta mesa, é extremamente desconfortável, antes de ser útil, porque tudo aquilo que eu havia imaginado que poderia ser dito, já foi falado. Mas, eu quero até me rejubilar desse relativo desconforto, porque a professora Clarilza e a professora Bernardete foram extremamente felizes nos comentários que fizeram sobre as posições das entidades de classe com relação ao tema da progressão continuada.

Vou pegar apenas dois pontos, ou três, dessas observações, para falar rapidamente o que eu extrairia de extremamente importante para nós sobre esse primeiro grande debate de progressão continuada.

Infelizmente, gostaria de fazer uma certa crítica aos organizadores do debate, porque as minhas objeções começam pelo nome deste Fórum. Assim, como está, "Progressão continuada: compromisso com a aprendizagem", eu discordo. Isso é um ponto de vista. É uma concepção de escola que, talvez, esteja na raiz de muitos dos nossos problemas. Porque é uma psicologização do problema escolar. Quer dizer, grande parte de nossos problemas vem daí. Para mim, o grande problema é a própria escola e não o aluno.

A ausência de uma cópia da Indicação Nº 8/97 do CEE é outra crítica que faço aos organizadores do debate, porque esta indicação não está relacionada dentro dos documentos que nos foram fornecidos. Há uma indicação, cujos autores estão aqui, que são o professor Francisco Cordão e o professor Nacim Chieco, que, na época, eram membros do Conselho Estadual de Educação. Mas o Conselho nomeou outro, em 1997, que estruturou o regime da progressão continuada. Eles fizeram um balanço da posição, das implicações do problema e das cautelas que uma reforma dessa

natureza precisaria tomar, para que nós não criássemos uma série de problemas, como os que estão aflorando agora.

A fala dos representantes das entidades de classe, de certo modo, revela alguns dos problemas que já foram previstos. Em 97, quando essa Indicação foi feita, e se a Secretaria, as próprias autoridades de ensino, os próprios professores a tivessem lido e meditado sobre os seus termos, grande parte dos nossos problemas poderia ter sido evitada.

Voltando ao nome do Fórum, esse compromisso com a aprendizagem nos parece simpático por um lado, mas não é. Não é, porque ele esconde uma posição, que é a seguinte: a de imaginar que uma política de educação é um compromisso pedagógico. Não, não é. Vai muito além do compromisso pedagógico. A idéia de que numa política educacional, em primeiro lugar, devemos colocar métodos de aprendizagem, técnicas de ensino, psicologias e teorias de aprendizagem é um equívoco. É a reforma da instituição escolar o grande problema. É uma nova focalização das funções sociais da escola. É um repensar da instituição escolar, que está na base de uma série de equívocos e erros. Porque o compromisso com a aprendizagem passa a ser: “Nós vamos estudar Piaget porque ele é ótimo.” “Nossos alunos são sujeitos epistêmicos.” Não são. Os nossos alunos não sabem nem quem é o professor que ouviu, na sala de aula ou na faculdade, “que os alunos eram sujeitos epistêmicos”; e, depois, ele fica aturdido. Quando entra na sala de aula, fica procurando os sujeitos epistêmicos que não existem.

Eu proporia nomear o próximo debate, ou o próximo fórum, com uma expressão que está na própria Indicação. Eles dizem, nessa indicação, que estão preconizando: “Essa mesma política deve estar permanentemente articulada com o compromisso, com a contínua melhoria da qualidade do ensino democrático”. Este, sim, é o compromisso com a melhoria da qualidade do ensino, e não com a aprendizagem do aluno, que é um feito individual. Nós não temos que melhorar o aprendizado dos alunos, temos é que melhorar a escola, como instituição, o que, quase sempre, perdemos de vista.

Por isso, como eu já disse ao professor Roberto, simpatizei muito com a posição da Udemo, porque essa perspectiva da instituição escolar foi significativamente realçada nos comentários que ele fez sobre este tema. A professora Bernardete abordou o assunto da pesquisa. Faz cinco anos que existe a progressão continuada, bem ou mal está aí. É preciso que ela seja estudada.

Nós não podemos mais nos pautar em momento anterior, em que o problema era de uma posição bem ou mal fundamentada, ser a favor ou contra a progressão continuada. Porque ela está aí, agora. Alguns jornalistas, como a professora Bernardete apontou – talvez o “baixo clero” da imprensa –, abordam a questão da progressão continuada de uma forma extremamente superficial, pegam o caso de um aluno e dizem: “O aluno ficou tantos anos na escola e é analfabeto”. Coisas desse tipo. Então, realmente, não vale a pena, e aqui eu peço desculpas à Isabel, nem mesmo com essa pesquisa que a Apeoesp fez e que, como você diz, foi publicada na revista da entidade.

Os elementos que você utiliza no seu texto permitem ver que se trata de uma pesquisa de opinião. Até que ponto a progressão continuada não fracassou ou não está fracassando, aqui, porque nós não nos mobilizamos? Quais foram os problemas que deixamos de enfrentar? Está havendo uma forma extremamente preocupante do desembarque do magistério com relação aos problemas que são da escola. Até parece, com relação à progressão continuada, que nós desembarcamos em termos de política imposta, não houve debate, não houve discussão, como se fosse possível um debate com a rede inteira sobre algumas questões. O fato é que, na maior parte das vezes, as reformas são direções impressas por uma política. Há linhas de ação, há linhas de trabalho, há linhas institucionais. Depois é no dia-a-dia, como observaram a professora Bernardete e a própria Maria Isabel, é no dia-a-dia que essa reforma vai nascendo.

Nós não podemos ignorar esse fazer diário e deixá-lo se perder. Porque se o ignorarmos, aí sim, qualquer reforma perece por inanição; morre. Então, a responsabilidade do professor, do supervisor, do diretor nunca é assumida. A questão, por exemplo, da violência escolar que tem sido tão condenada, vocês sabem – vocês que estão na rede e que acompanham o trabalho direto na escola sabem – que a escola está desembarcando desse problema. É um problema da Secretaria da Segurança, da PM. Existem projetos da PM que estão sendo implantados nas escolas, e que são pouco divulgados, e que recebem os aplausos dos professores e dos pais.

São essas questões que o magistério enfrenta dia a dia. Mas é preciso que nós pensemos o seguinte com relação à violência na escola, na medida em que nós desembarcamos desse assunto, é claro que ele só pode ser resolvido pela polícia. A sociedade é violenta, então isso repercute na escola, não é um problema nosso. Só mesmo a polícia pode enfrentá-la. No momento em que nós dizemos isso, esquecemos que, além dessa violência, que é social e que nos atinge a todos, quer queiramos ou não, e que, realmente, talvez, seja um caso de governo, de ação policial, essa é uma violência. Os instrumentos para resolver ou para atenuar essa violência, não são os mesmos que podem ser transplantados para a escola. Não se trata de vigiar mais o aluno na escola para impedir a violência. Não. A grande questão é a seguinte: até que ponto a própria escola, ignorando a violência como se fosse apenas vítima, não favorece a própria violência? Até que ponto as nossas práticas com os professores geram um tipo de violência que não vai ser resolvida por medidas ou por instrumentos policiais? Justamente uma violência que é gerada pela escola, gerada pela atitude do professor, é gerada, às vezes, pelo desprezo que o professor tem pela pobreza, pela feiúra. Nós desprezamos, nós discriminamos.

Bem, estou me alongando mais do que devia. Mas, voltando a um ponto que a professora Clarilza abordou, e que eu acho interessante, eu gostaria de reforçar a questão da preparação. Ou melhor, da falta de preparação dos professores, do magistério para a implantação da progressão continuada. A professora fez uma pergunta que eu acho extremamente interessante e oportuna: “Até que ponto, e quanto tempo de preparação, é necessário para que nós possamos implantar a progressão continuada?” Essa é uma pergunta interessante e eu vou respondê-la. Esse tempo é um tempo longo.

Em 1918, Sampaio Dória, um grande educador, disse o seguinte, numa carta que escreveu a Oscar Thompson que, então, era diretor geral de ensino: “Promover do primeiro para o segundo período todos os alunos que tivessem tido o benefício de um ano escolar, só podendo os atrasados repetir o ano; se não houver candidatos aos lugares que seriam ocupados. Porque, se houver candidatos, aí eles têm que...”. Bom. Vejam bem. 1918.

Em 1968, portanto, cinquenta anos depois, eu tive a honra de participar do governo da administração Ulhoa Cintra. E essa administração fez a grande promoção da progressão continuada que mudou a feição do ensino paulista: nós fizemos todos os alunos da quarta série progredirem para o ginásio. É com essa progressão que se iniciou, de fato, a escola de oito anos.

Do ponto de vista legal, a escola de oito anos é de 71, da Lei 5692. Mas, a primeira ocorrência foi aqui em São Paulo, com essa entrada maciça dos alunos que saíram da quarta série do primário para o ginásio. Naquela época os professores do ginásio reclamaram, reclamaram, reclamaram e a imprensa disse que estávamos deteriorando a escola pública. E é a mesma conversa. Parece que, se fizermos a progressão continuada, a escola pública vai ficar deteriorada. Essa resistência do magistério tem um respaldo social muito grande. A classe média, principalmente a pequena classe média, que somos nós, é que sofre os efeitos dos desavisos e dos desacertos das políticas econômicas dos reais, dos cruzeiros e dos cruzados. Somos nós. Então, nós não suportamos.

Na escola pública que era nossa, e onde nossos filhos faziam ótimos cursos, de repente entra o filho da empregada, entra o menino da periferia, entra gente feia, e essa gente feia expulsou a classe média da escola pública. Porque, na verdade, nesses oitenta anos, a classe média sempre quis a escola pública privativa para ela. O dinheiro era público, mas a escola era dela. De modo que o povo não podia entrar nessa escola.

Então, retomando a questão, qual é o tempo que nós vamos levar para implantar a progressão continuada? Sem ser uma simples promoção automática, sem ser um “empurra-aluno”? Olha, se nós levarmos mais trinta, quarenta, oitenta anos, está bom. Porque em oitenta anos nós mal conseguimos progredir um pouco.

Eu agradeço a todos pela paciência com que me ouviram. E, aos organizadores deste encontro, peço que relevem as impertinências das minhas observações. Muito obrigado.